

# **Desenvolvimento Endógeno no Brasil: Um Estudo Comparativo**

**Bruna Coradini Nader Adam**

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

**Débora Nayar Hoff**

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão da literatura sobre a teoria do desenvolvimento endógeno, introduzindo os principais conceitos, e apresentar estudos publicados sobre casos identificados como desenvolvimento endógeno no Brasil, com o objetivo final de compará-los no que se refere à aplicabilidade dos fatores de desenvolvimento endógeno definidos pela teoria. O método utilizado é o bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Como resultado, percebeu-se, após análise das publicações selecionadas, que não há uma convergência no que se refere aos objetivos de pesquisa, nem sequer com relação aos resultados encontrados. Ademais, verificou-se que nem todos os estudos abordam de forma clara os quatro fatores apontados pela teoria como sendo condicionantes aos processos de desenvolvimento endógeno, sendo eles i) a organização flexível da produção; ii) a difusão das inovações; iii) a dinâmica territorial e urbana e iv) o desenvolvimento das instituições. Neste sentido, a pesquisa traz informações que questionam se todos os artigos analisados possuem elementos para justificar a utilização da teoria do desenvolvimento endógeno, na abordagem proposta por Vazquez-Barquero, como referencial teórico.

**Palavras-Chave** Desenvolvimento endógeno. Desenvolvimento local.

## **Abstract**

The objective of this work is to review the literature on the theory of endogenous development, introducing the main concepts, and to present published studies on cases identified as endogenous development in Brazil, with the ultimate objective of comparing them with regard to the applicability of the factors of endogenous development as defined by the theory. The method used is the bibliographical, with qualitative approach and descriptive character. As a result, it was noticed, after analyzing the selected publications, that there is no convergence regarding the research objectives, not even with respect to the results found. In addition, it was verified that not all the studies clearly address the four factors pointed out by the theory as conditions to the processes of endogenous development, being they i) the flexible organization of the production; ii) the diffusion of innovations; iii) territorial and urban dynamics and iv) the development of institutions. In this sense, the research brings information that questions whether all the articles analyzed have elements to justify the use of the theory of endogenous development, in the approach proposed by Vazquez-Barquero, as a theoretical reference.

**Keywords** Endogenous development. Local development.

## **1. Introdução**

O desenvolvimento das cidades e regiões sempre foi um tema de grande importância. Parece existir um desejo inerente às sociedades de evoluir, desenvolver, ter um futuro melhor quando comparado ao presente, principalmente em países subdesenvolvidos ou em

desenvolvimento, onde há muitos aspectos que precisam ser melhorados para que as pessoas tenham uma vida melhor.

Neste sentido, as perguntas que vêm à mente são: como desenvolver uma cidade ou região? O que pode ser feito para mudar a realidade de subdesenvolvimento? Não existe uma resposta fácil, ou sequer uma única resposta certa, a estas perguntas. Existem muitas teorias e muitos caminhos que levam ao desenvolvimento. Não obstante, a teoria do desenvolvimento endógeno fornece uma abordagem interessante, especialmente para sociedades que não podem contar apenas com investimentos e intervenções do Estado para promover o desenvolvimento.

Em termos gerais, a teoria do desenvolvimento endógeno propõe uma interpretação sobre os mecanismos que possibilitam a acumulação de capital. Nesta teoria sustenta-se que a inovação, a organização da produção, o desenvolvimento urbano e a dinâmica institucional são processos que determinam a acumulação de capital. Além disso, a interação entre essas forças produz um efeito sinérgico que proporciona o crescimento econômico e o progresso nas cidades, regiões e países (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007).

Em sociedades nas quais o governo ou o poder estatal como um todo não é capaz de promover ou garantir, sozinho, condições adequadas de vida para a população, assim identificadas, por exemplo, como boas condições de saúde, educação, renda e liberdades (sem pretensões de adentrar na discussão sobre os vários conceitos de desenvolvimento), a teoria do desenvolvimento endógeno propõe uma abordagem que pode ser útil. Neste sentido, a teoria traz à discussão a efetiva participação – e articulação – da sociedade na construção do desenvolvimento, sendo, portanto, um importante campo de estudo.

Ademais, considerando a pertinência da abordagem endógena para o desenvolvimento de cidades ou regiões, é importante investigar estudos já publicados sobre casos de desenvolvimento endógeno no Brasil. Assim, podem ser identificadas as principais características destes casos e a possibilidade de eles serem utilizados como referência (sobre o que pode – ou não – ser feito) para eventuais futuras abordagens que busquem identificar fatores que conduzem ao desenvolvimento.

Desta forma, o objetivo deste artigo é revisar a literatura sobre a teoria do desenvolvimento endógeno, introduzindo os principais conceitos, e apresentar estudos publicados sobre casos identificados como desenvolvimento endógeno no Brasil, com o propósito final de compará-los no que se refere à aplicabilidade dos fatores para o desenvolvimento endógeno definidos pela teoria. Os fatores determinantes para a acumulação

de capital e, conseqüentemente, para o desenvolvimento endógeno são i) a organização flexível da produção; ii) a difusão das inovações; iii) a dinâmica territorial e urbana e iv) o desenvolvimento das instituições.

Para o propósito deste artigo, é utilizado o método bibliográfico com técnica de coleta de dados por meio de documentos. Para tanto, em primeiro lugar, foram analisadas as publicações dos autores identificados como referência na área do desenvolvimento endógeno, sendo eles Antonio Vazquez-Barquero, Sergio Boisier e Jair do Amaral Filho. Após, foram consultadas as bases de dados disponibilizadas pelo “Periódicos Capes”, “Spell” e “Scielo”, e por revistas e publicações relacionadas à temática do desenvolvimento, como REDES, Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento em questão, utilizando-se a palavra-chave *desenvolvimento endógeno* para as pesquisas sobre casos concretos de desenvolvimento endógeno no Brasil.

Foram localizados em torno de 25 artigos com o enfoque esperado para o tema, sendo que dez artigos estão sendo usados para a apresentação aqui proposta, selecionados a partir de sua relevância com o objetivo proposto nesta pesquisa. A relevância foi definida com base no critério de artigos que apresentem casos práticos, de cidades ou regiões, relacionados com a temática da teoria do desenvolvimento endógeno como apresentada no referencial teórico. A pesquisa desenvolveu-se nos meses de maio e junho de 2018. Por fim, tais artigos foram comparados no que se refere aos fatores apontados pela teoria como determinantes para o desenvolvimento endógeno.

É importante referir que a pesquisa nas bases de dados foi feita pela expressão *desenvolvimento endógeno*, de forma que os resultados encontrados, e aqui tratados, são necessariamente casos de desenvolvimento endógeno assim identificados, o que não significa que não existem, nas bases pesquisadas, outros casos de desenvolvimento endógeno que não tenham sido assim identificados. Ao que se pode verificar, existem muitos casos publicados de desenvolvimento regional ou local que, muito possivelmente, também são situações de desenvolvimento endógeno, os quais, no entanto, não foram aqui abordados.

O artigo está estruturado em quatro seções, começando por esta introdução. A próxima seção trata da teoria do desenvolvimento endógeno, onde são apresentados os principais conceitos. Na terceira seção são apresentados os estudos sobre casos de desenvolvimento endógeno no Brasil e a comparação deles com relação aos fatores para o desenvolvimento endógeno e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **2. Teoria do Desenvolvimento Endógeno**

A teoria do desenvolvimento endógeno surge em um ambiente marcadamente influenciado pelo processo de globalização, o qual se traduz em uma crescente competição de mercado que exige ajustes contínuos nos sistemas produtivos de cidades, regiões e países. Neste sentido, a globalização acaba fomentando novos modos de organização nos sistemas das cidades e regiões de acordo com a divisão internacional do trabalho (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003).

A teoria do desenvolvimento endógeno sustenta que o desenvolvimento é, antes de tudo, um processo territorial no qual a capacidade inovadora é o mecanismo que dá impulso à transformação da economia e da sociedade (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007), o que está diretamente alinhado com o crescente interesse dos países com relação ao desenvolvimento de cada um de seus territórios. Tal interesse, segundo Boisier (1996), seria motivado pela crescente demanda por descentralização, o que inclui a descentralização política e territorial, e pelo reconhecimento de que a realização do projeto de vida de cada pessoa depende significativamente do comportamento do entorno em que ela vive.

O desenvolvimento endógeno é uma interpretação que analisa uma realidade complexa, como é o caso do desenvolvimento de cidades e regiões, propondo uma aproximação territorial ao desenvolvimento, a qual faz referência aos processos de crescimento e acumulação de capital de uma localidade, que, por sua vez, tem cultura e instituições que lhes são próprias e sobre as quais se baseiam as decisões de investimento (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007).

Com relação à sua construção teórica,

A teoria do desenvolvimento endógeno é uma interpretação que se baseia nas contribuições feitas por economistas clássicos e contemporâneos. Recupera, em particular, as contribuições de Schumpeter (1934) e Kuznets (1966) sobre formação de capital, mudança tecnológica e aumento da produtividade; as de Marshall (1890, 1919) e Rosenstein-Rodan (1943) sobre a organização da produção e rendimentos crescentes; as de Perroux (1955) e Hoover (1948) sobre pólos de crescimento, desenvolvimento urbano e economias de aglomeração; as de Coase (1937) e North (1990) sobre o desenvolvimento das instituições e a redução dos custos de transação. E desde esta perspectiva faz um esforço para colocar a discussão do crescimento sustentado da produtividade no âmbito do progresso econômico e social (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007, p. 203).

Neste sentido, como se vê, a teoria do desenvolvimento endógeno é uma interpretação que não entra necessariamente em conflito com as abordagens mais convencionais do

desenvolvimento. Pelo contrário, suas bases teóricas e suas propostas demonstram compatibilidade com outras visões do desenvolvimento (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007).

Segundo Amaral Filho (1996), o desenvolvimento endógeno pode ser definido como desenvolvimento realizado de baixo para cima, partindo das potencialidades socioeconômicas originais de cada local, em vez de um desenvolvimento de cima para baixo, que parte do planejamento e intervenção Estatal. Ou seja, na perspectiva endógena, o desenvolvimento não é mais estruturado por um planejamento centralizado, mas sim a partir dos próprios atores locais (AMARAL FILHO, 1996).

No entendimento de Vazquez-Barquero (2007), a teoria do desenvolvimento endógeno propõe à sociedade civil um papel protagonista na definição e execução do futuro da economia. Do ponto de vista regional,

o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.” (AMARAL FILHO, 2001, p. 262)

Além de considerar a acumulação de capital e o progresso tecnológico como fatores-chaves para o crescimento econômico, a teoria do desenvolvimento endógeno argumenta que os fatores que contribuem ao processo de acumulação de capital geram economias de escala internas e externas, reduzem os custos gerais e os custos de transação, reconhecendo a existência de rendimentos crescentes dos fatores acumuláveis e o papel dos atores econômicos nas decisões de investimento e localização (VAZQUEZ-BARQUERO, 2000).

Amaral Filho (2001), citando Garofoli (1992), refere que os casos mais interessantes e paradigmáticos entre os modelos de desenvolvimento endógeno são aqueles constituídos pelos sistemas de pequenas empresas ou empreendimentos circunscritos a um território. Tais sistemas produzem verdadeiras “intensificações localizadas” de economias externas, que determinam intensas aglomerações de empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção “típica”.

Nesta perspectiva empírica do desenvolvimento endógeno, Maia et al. (2009) esclarece que se deve identificar uma atividade local que, por meio da geração de renda, mobilize os setores locais. Por meio da renda gerada e apropriada pelo “produtor”, a qual é consumida na sua própria localidade, gerando economias locais, o entorno da região é estimulado, gerando diversificação e alternativas internas para o território. Neste contexto, a

presença de um coletivo (produtor, lideranças, atores sociais públicos e privados, Estado) que se organiza envolvendo um mínimo de solidariedade, “em uma estrutura competitiva e no esforço endógeno para melhorar as técnicas utilizadas nas atividades locais, apresentando inovações, produzindo internamente e atendendo (também) um mercado externo sem ser necessariamente dependente, sem proteção cambial e/ou política específica do Governo, é um propulsor do desenvolvimento de uma localidade” (MAIA; FILIPPI; RIEDL, 2009, p. 197-198).

Em relação ao desenvolvimento (endógeno) de um território, Boisier (1999) considera que depende da existência, da articulação e coerência de seis fatores do desenvolvimento que, em geral, estão presentes, segundo ele, em qualquer território organizado, quais sejam:

a) *Atores*, sendo eles atores individuais (que ocupam espaços na estrutura de poder), corporativos (instituições que representam interesses de grupo) ou coletivos (movimentos sociais), na medida em que a matriz de relações interpessoais e relações de confiança em qualquer região tem importância decisiva para o desenvolvimento.

b) *Cultura*: neste aspecto, Boisier (1999) refere existir lugares onde se observa a prevalência de uma cultura competitiva / individualista, capaz de gerar crescimento, mas sem um verdadeiro desenvolvimento. Já em outros lugares, se observa a prevalência de uma cultura cooperativa / solidária, capaz de gerar equidade, mas sem crescimento. O autor refere ser um fator de êxito para o desenvolvimento a combinação das culturas da concorrência e cooperação. Ainda, o autor refere à capacidade de a cultura de um lugar produzir autorreferência, ou seja, a identificação da sociedade com seu próprio território.

c) *Recursos*, sendo eles recursos materiais, humanos, psicossociais (relacionados à autoconfiança coletiva, vontade coletiva, perseverança, etc.) e recursos de conhecimentos.

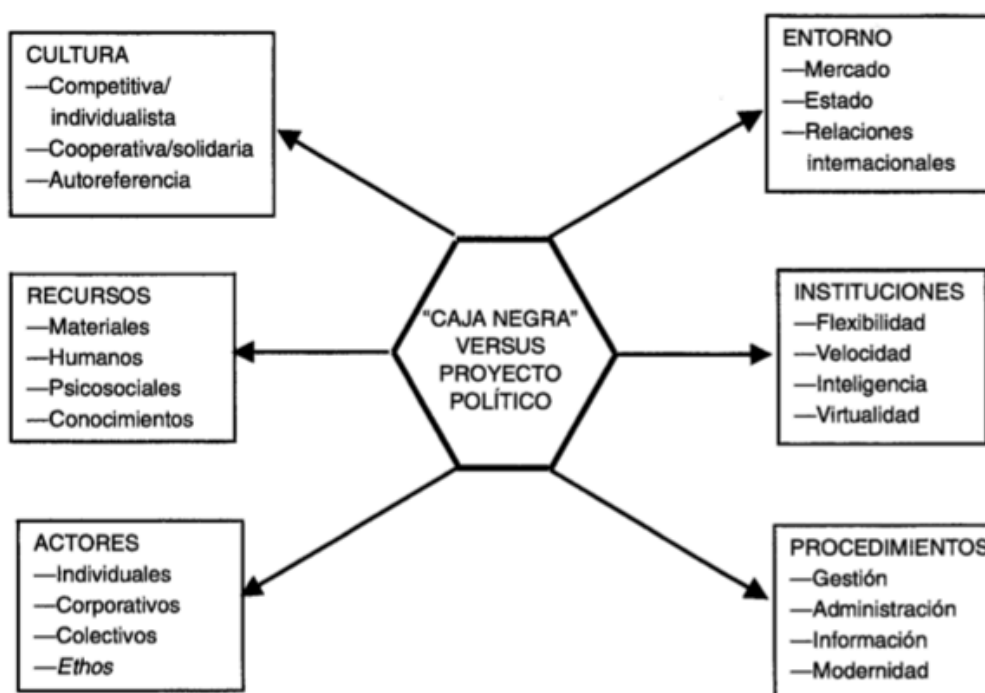
d) *Instituições*, incluindo as regras do jogo e as organizações, de modo a verificar em que medida as instituições que existem são flexíveis, velozes, inteligentes e virtuais.

e) *Procedimentos*, principalmente aqueles relacionados à gestão do governo, à administração pública e ao tratamento da informação e transformação em conhecimento.

f) *Entorno*, entendido como a inserção e a articulação do território com o Estado, com o mercado e com as novas modalidades de cooperação técnica internacional.

Ainda, Boisier (1999) refere que o desenvolvimento acontece quando existe uma articulação sólida e inteligente dos seis fatores, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional, e não apenas a articulação aleatória de tais fatores, o que o autor chama de

uma “caixa preta”, cujo conteúdo e operação se desconhece, conforme pode ser demonstrado na figura abaixo.



Fonte: Boisier (1999).

Embora todo território organizado possua os seis fatores referidos acima, o que diferencia umas regiões de outras, segundo Amaral Filho (2001), é o fato de umas se conformarem com os “fatores dados” e outras procurarem “processar fatores e atividades” por meio da inovação proposta por atores e protagonistas locais. Assim, “é importante que governo local (nível macro), instituições intermediárias (nível meso) e setor produtivo privado (nível micro) passem a trabalhar juntos com o objetivo de criar e de recriar fatores locacionais dinamicamente competitivos” (AMARAL FILHO, 2001, p. 280).

Ou seja, em um cenário de globalização e de crescente competitividade entre empresas e territórios, a noção de desenvolvimento endógeno constitui um instrumento útil para interpretar a dinâmica econômica das cidades e territórios e para propor medidas que estimulem os processos de acumulação de capital (VAZQUEZ-BARQUERO, 2000).

Os processos de acumulação de capital e o desenvolvimento dependem, por sua vez, segundo Vazquez-Barquero (2000, 2003, 2007) de um conjunto de fatores chaves que atuam de forma sinérgica, sendo eles i) a difusão das inovações, ii) a organização (mais flexível) da produção, iii) a dinâmica territorial e urbana / desenvolvimento da urbanização e iv) a densidade do tecido institucional. Tais fatores serão utilizados como critério de comparação

dos estudos analisados na próxima seção, pelo que se faz necessário distingui-los detalhadamente a seguir.

### ***2.1.1 A difusão das inovações e do conhecimento***

A teoria sustenta que a acumulação de capital é, em última análise, acumulação de tecnologia e conhecimento. Desta forma, o desenvolvimento econômico e a dinâmica produtiva dependem da introdução e difusão das inovações e do conhecimento, os quais impulsionam a transformação e renovação do sistema produtivo (VAZQUEZ-BARQUERO, 2000).

A introdução e a difusão de inovação e conhecimento melhoram o estoque de conhecimento tecnológico em uma indústria ou sistema produtivo, possibilitando a obtenção de economias de escala para o benefício de todas as empresas do sistema. Neste sentido, a inovação é sempre o resultado coletivo da cooperação tácita entre as empresas, gerando maior produtividade e competitividade das economias locais (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003).

### ***2.1.2 Organização flexível da produção***

Segundo Vazquez-Barquero (2000) a organização dos sistemas produtivos locais é um dos fatores centrais com relação ao processo de acumulação de capital, na medida em que a organização do entorno em que se estabelecem as relações entre as empresas, os fornecedores e clientes condiciona a produtividade e a competitividade da economia local.

Neste sentido, os sistemas produtivos gerem economias (externas e internas) de escala na produção na medida em que ocorre a formação e desenvolvimento de redes e sistemas flexíveis de empresas, a interação de empresas com atores locais e alianças estratégicas. Ademais, também são observadas economias de escala na pesquisa e desenvolvimento de produtos, reduzindo assim os custos de negociação e transação entre empresas (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007).

### ***2.1.3 Desenvolvimento urbano do território***

A teoria do desenvolvimento endógeno enxerga nas cidades o grande potencial para a geração de desenvolvimento na medida em que a competitividade advinda dos processos de globalização induziu as cidades a responder estrategicamente através de iniciativas locais que estimulam os processos de desenvolvimento endógeno (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003).

Neste sentido, as cidades tornaram-se os espaços preferenciais de desenvolvimento, pois é nas cidades que as decisões de investimento são tomadas e as plantas industriais e os escritórios de serviços estão localizados. Ademais, o potencial de desenvolvimento das cidades acaba por ajudar as empresas a enfrentar os desafios do aumento da competitividade,



vinculando processos de adequação produtiva e organizacional ao uso de recursos locais e à difusão de inovações (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003).

#### ***2.1.4 Flexibilidade e transformação das instituições***

Segundo Vazquez-Barquero (2007), o desenvolvimento endógeno ocorre em territórios cujas instituições e cultura estimulam o progresso econômico e as transformações sociais, o que está em consonância com o que já foi reconhecido por sociólogos (Weber, 1905; Fukuyama, 1995), historiadores (Landes, 1998; North, 1990) e economistas (Lewis, 1955; Guiso *et al.*, 2006).

Neste sentido, entende-se que os processos de desenvolvimento são condicionados pelas normas e regras que regulam as relações entre pessoas e organizações no território e por fatores culturais (como, por exemplo, o esforço para o trabalho, a capacidade de economizar e a tolerância) (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007). Ou seja, as decisões e os caminhos que levam ao desenvolvimento têm profundas raízes institucionais e culturais, na medida em que são sempre conduzidos pelos atores de cada sociedade e cada sociedade tem seus próprios estilos e mecanismos culturais e organizacionais que podem facilitar ou não a atividade econômica (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003).

Portanto,

a difusão de inovações e conhecimentos, a organização flexível da produção e o desenvolvimento urbano e institucional geram maior eficiência no desempenho do sistema produtivo. Cada um desses mecanismos torna-se um fator de eficiência no processo de acumulação de capital, na medida em que estimula as economias de escala, as economias externas e a redução dos custos de transação, o que traz aumento de produtividade e retorno. [...]

As cidades e regiões provavelmente terão mais sucesso em seus processos de crescimento e mudança estrutural quando todos esses processos convergirem para reforçar seu efeito sobre a acumulação de capital. (VAZQUEZ-BARQUERO, 2003, p. 17, *tradução livre*)

Conforme se verá nos estudos apresentados a seguir, são diversas as abordagens e possibilidades acerca do desenvolvimento endógeno de cidades e regiões. Não obstante, a característica fundamental da política de desenvolvimento endógeno é existência de iniciativas locais que buscam influenciar as forças e mecanismos que determinam o processo de acumulação de capital, como, por exemplo, por meio da criação e desenvolvimento de empresas e a formação de redes de empresas em determinado território (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007).

### **3. Casos de Desenvolvimento Endógeno no Brasil**

Neste tópico serão apresentados dez estudos sobre desenvolvimento endógeno no Brasil identificados a partir de pesquisa bibliográfica feita nas bases de dados da internet, conforme parâmetros identificados na introdução do presente artigo. Como se verá, os estudos apresentados são bastante diversos quanto aos seus objetivos, tendo em comum entre si o fato de abordarem a temática do desenvolvimento endógeno.

Ao final, será feita uma comparação destes artigos com relação à abordagem sobre fatores-chave para o processo de acumulação de capital e, conseqüentemente, para o desenvolvimento endógeno, conforme proposto por Vazquez-Barquero (2000, 2003 e 2007). Os fatores-chave são i) a organização flexível da produção; ii) a difusão das inovações; iii) a dinâmica territorial e urbana e iv) o desenvolvimento das instituições.

O primeiro estudo a ser apresentado, por talvez ser o mais emblemático e pertinente ao tema deste artigo, é o de Xavier et al. (2014) o qual teve como objetivo analisar, histórica e descritivamente, as etapas que levaram ao surgimento do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – Condesus e os resultados provenientes das ações por ele realizadas. O Condesus é uma associação civil formada pelos nove municípios integrantes da Quarta Colônia, no Estado do Rio Grande do Sul: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, São João do Polêsine e Silveira Martins, Restinga Seca e Pinhal Grande. Segundo os autores, o Condesus foi criado como uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento regional da Quarta Colônia a partir de políticas endógenas, constituindo-se em um espaço para a discussão de ações, projetos e programas de interesse regional que tenham como objetivo a integração e o desenvolvimento dos municípios consorciados.

Com relação ao consórcio dos municípios da Quarta Colônia, a pesquisa de Xavier et al. (2014) identificou que ele favoreceu o aparecimento de formas de cooperação entre os referidos municípios em razão da elaboração de um planejamento de interesse regional e projetos compartilhados de futuro com o objetivo do desenvolvimento em médio e longo prazo, diminuindo o impacto das lutas políticas que marcavam a região. Neste sentido, os autores identificaram que o Condesus proporcionou a articulação dos municípios da Quarta Colônia em prol do desenvolvimento regional.

O estudo de Winckler e Molinari (2015), por sua vez, teve como objetivo fazer uma reflexão sobre a evolução do processo histórico de fortalecimento da produção leiteira no Oeste Catarinense e sua expressividade sobre o desenvolvimento regional. O objeto de análise do referido estudo, qual seja, o Oeste Catarinense, possui forte tecido sociocultural que

envolve seu potencial regional para atividades agropecuárias, associativas e de diversificação produtiva, de forma que os autores propõem que o desenvolvimento seja compreendido pela sua construção endógena, ou seja, envolvendo tais características e garantindo a sobrevivência segura dos produtores no meio rural (WINCKLER; MOLINARI, 2015).

A pesquisa de Winckler e Molinari (2015) identificou que o leite é uma alternativa viável em termos de produção e geração de renda uma vez que conta com recursos locais, incluindo o conhecimento do produtor, a força de trabalho familiar, as condições geográficas e topográficas, a geração de renda mensal e a permanência do trabalhador no campo. Desta forma, a atividade leiteira no Oeste Catarinense demonstra ativar elementos endógenos, existindo a atuação efetiva de organizações associativas que promovem a inserção e articulam apoio em diferentes instâncias para organizar, capacitar, negociar e pleitear recursos. Ademais, o estudo apontou que os produtores, junto a demais agentes, formam liderança na condução de seu próprio desenvolvimento.

Outro estudo que discute um *case* de sucesso com relação à temática do desenvolvimento endógeno é a pesquisa de Siedenberg et al. (2017) a qual buscou analisar, com base na percepção dos atores sociais envolvidos no processo, o desenvolvimento socioeconômico da região do Vale dos Vinhedos, localizada nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, a partir do reconhecimento da indicação geográfica, esta entendida como um instrumento que pode alavancar o desenvolvimento regional.

A pesquisa apontou que os técnicos da Embrapa – Uva e Vinho visualizaram na indicação geográfica um instrumento capaz de alavancar o desenvolvimento territorial da região do Vale dos Vinhedos, com base no pressuposto que esse mecanismo gera desenvolvimento por meio da qualificação dos produtos e da garantia de procedência, beneficiando os produtores, consumidores e os produtos locais (SIEDENBERG et al., 2017).

Para a obtenção do reconhecimento da Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos, os autores referem que foi necessária a criação de uma forte articulação, que contou com a cooperação de vários segmentos, começando pela criação de uma associação que é a titular da indicação de procedência. (SIEDENBERG et al., 2017).

O estudo constatou que, de modo geral, o reconhecimento da indicação de procedência e da denominação de origem do Vale dos Vinhedos auxiliou no desenvolvimento socioeconômico da região por meio da geração de emprego e renda e melhora na qualidade de vida da população local, criando incentivos para manter a população na zona rural,

valorizando seus imóveis (terras) e incentivando os produtores a investirem cada vez mais em seus negócios. Ademais, o estudo apontou que este processo se tornou um indutor do desenvolvimento territorial local, já que vários outros setores foram beneficiados, como hotelaria, turismo, artesanato, gastronomia etc. (SIEDENBERG et al., 2017).

A proposta da pesquisa de Nunes e Karnopp (2015), por sua vez, foi um pouco diferente dos três casos citados acima, na medida em que buscou analisar as potencialidades de desenvolvimento endógeno do município de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, partindo na análise das atividades econômicas que se destacam no território de Júlio de Castilhos. A referida pesquisa concluiu que a base do desenvolvimento do município é o setor primário, a produção de *tradables*, sendo que esta forma de desenvolvimento torna os setores secundário e terciário dependentes da dinâmica imposta pelo setor primário.

Neste mesmo sentido, o estudo de Riedl e Maia (2007) teve como objetivo apresentar o Quociente Locacional (QL) como a medida de especialização regional difundida em pesquisas voltadas a identificar a estrutura econômica e as potencialidades endógenas para o desenvolvimento dos territórios, revelando setores de uma região que apresentam maiores possibilidades para produção, (re)identificando a economia que suporta os territórios. O objeto de análise do referido estudo foi o Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE Noroeste Colonial, no Rio Grande do Sul, sendo que a investigação abordou indicadores socioeconômicos e, em especial, o QL como medida de especialização dos municípios que compõem a região analisada.

Após análise dos dados, os autores identificaram que o diferencial da região analisada é a intensa integração entre atividades agropecuárias, industriais e de serviços, marcadamente associada à predominante presença agropecuária alavancadora, setor que apresenta intensa articulação da população por meio de associações, cooperativas e entidades similares.

A pesquisa apontou que, para que este processo interdependente seja transformado efetivamente em “desenvolvimento endógeno”, o setor industrial deve ser alavancado, cujo potencial para desenvolvimento é corroborado por alguns indicadores de especialização. Por fim, os autores concluem que “o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região, seria a sua especialização atual” (RIEDL; MAIA, 2007, p. 27).

Na mesma temática dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes do Rio Grande do Sul, destaca-se o estudo de Colle et al. (2016), o qual, por sua vez, buscou analisar as diferenças regionais entre os Coredes Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e

Metropolitano do Delta do Jacuí sob a ótica do desenvolvimento endógeno e o rural. Ao analisar os Coredes Metropolitano do Delta do Jacuí e Fronteira Oeste de forma empírica, o estudo identificou inúmeras diferenças nas potencialidades de desenvolvimento entre eles. As informações obtidas por meio da pesquisa indicam, com base no referencial teórico utilizado, que o Corede Fronteira Oeste apresenta algumas características que contribuem para o declínio, ou seja, tais características apontam em direção contrária ao desenvolvimento.

O principal fator indicado como sendo uma pré-condição ao declínio da região do Corede Fronteira Oeste é o fato de a base produtiva ser fundamentada na exploração primária e concentrada na produção de carne em sistema extensivo e arroz. Outra variável que auxilia na constatação empírica do declínio é a redução da população entre os anos de 2000 e 2011.

Não obstante, os autores (COLLE et al., 2016) apontam alguns fatores endógenos que podem ajudar a melhorar a formação do capital humano na região do Corede Fronteira Oeste como a criação da Universidade Federal do Pampa, que, segundo os autores, poderá auxiliar na elaboração de projetos e no estímulo ao empreendedorismo. Ainda, os autores apontam como fatores que podem impulsionar o desenvolvimento da região do Corede Fronteira Oeste i) a aprovação da lei que autoriza a criação das lojas francas, conhecidas como *free shops*, em cidades de fronteira no Brasil; e ii) a exploração turística do Bioma Pampa.

O estudo de Cruz, Rios, Einhardt e Cruz (2016), por sua vez, buscou analisar a compreensão e a aplicação dos conceitos do desenvolvimento endógeno pelos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), unidade Pecuária Sul, no município de Bagé, Rio Grande do Sul, a fim de identificar a percepção dos pesquisadores desta instituição quanto à importância de um desenvolvimento endógeno para a obtenção de crescimento sustentável.

Por meio deste estudo, os autores realizaram entrevistas com 19 pesquisadores, que são servidores efetivos da unidade Pecuária Sul da Embrapa. A escolha desta empresa como objeto de análise se justifica pelo fato de a Embrapa ter sido inserida estrategicamente para proporcionar o desenvolvimento da região, inclusive utilizando-se de uma abordagem endógena do desenvolvimento regional, já que a Embrapa tem como missão a realização de práticas que visam desenvolver a região a partir dos recursos locais.

A pesquisa (CRUZ; RIOS; EINHARDT; CRUZ, 2016) concluiu, com base na compreensão dos pesquisadores entrevistados, que a Embrapa não percebe o desenvolvimento endógeno como a alternativa mais favorável para o desenvolvimento sustentável. Conforme foi verificado, ainda que a empresa analisada apresente um alinhamento estratégico no sentido

de inovar em pesquisas para o desenvolvimento sustentável local, os pesquisadores entrevistados não demonstram identificar em totalidade tal motivação na prática.

O estudo de Lima (2016), por sua vez, analisou os padrões de comportamento referentes às práticas de cooperação, aprendizagem e inovação, estabelecidas entre as firmas integrantes do Arranjo Produtivo Local de Cerâmica Vermelha, localizadas no município de São Miguel do Guamá, no nordeste do estado do Pará. A justificativa do referido estudo levou em conta a importância da cooperação, da aprendizagem e da inovação para a possibilidade de indução do desenvolvimento endógeno a partir da atividade produtiva do APL.

Não obstante, os resultados do estudo de Lima (2016) foram desanimadores, na medida em que demonstram que as práticas de aprendizagem e inovação apresentam indicadores muito baixos, enquanto os indicadores de cooperação são absolutamente nulos, indicando a virtual inexistência de capital social capaz de levar este setor econômico a funcionar como um indutor de desenvolvimento local.

A conclusão da pesquisa de Lima foi no sentido de que as empresas do APL de Cerâmica Vermelha de São Miguel do Guamá “ainda não desenvolvem, de modo satisfatório, práticas de cooperação que possibilitem estabelecer processos de desenvolvimento endógeno baseados na geração e disseminação de inovações tecnológicas” (2016, p. 372-373).

O estudo de Teixeira e Figueiredo (2016) buscou analisar a cadeia produtiva de madeira e móveis no Estado do Mato Grosso, com o objetivo de mensurar o impacto das atividades de produção florestal e atividades industriais ligadas ao processamento e comércio da madeira na economia do Estado. Ademais, a pesquisa buscou identificar municípios com potencial para desenvolver arranjos produtivos locais (APLs), estes entendidos como uma ferramenta do desenvolvimento regional endógeno.

A pesquisa concluiu que as atividades da cadeia produtiva possuem impacto relevante na economia, sendo essenciais para o desenvolvimento do estado do Mato Grosso, principalmente para os municípios do noroeste, onde foi identificado o maior número de possíveis APLs. Os autores identificaram que o setor da madeira e móveis tem contribuído para o desenvolvimento local por meio da ampliação de renda, emprego e produção, não obstante, não tem um bom desempenho no que concerne à agregação de valor sobre a produção e atração de excedentes provenientes de outras regiões. Desta forma, concluíram que as atividades de fabricação e comércio de móveis no Estado do Mato Grosso requerem maior desenvolvimento de forma a viabilizar maior agregação de valor na cadeia produtiva da madeira (TEIXEIRA; FIGUEIREDO, 2016).

O estudo de Cordeiro Neto, Rigo e Cançado (2012) teve como objetivo compreender como as questões relacionadas ao poder local se dão no âmbito do conjunto de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) existentes no Vale do São Francisco, especialmente nas microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE. O artigo tratou da relação entre Economia Solidária e desenvolvimento endógeno, considerando o elo do poder local como condição necessária para a efetivação das contribuições dos EES na configuração territorial de novos processos econômicos.

A pesquisa de Cordeiro Neto, Rigo e Cançado (2012) abordou uma concepção de desenvolvimento relacionada com a temática da economia solidária e do poder local, num círculo virtuoso, de forma que grande parte das ações e intervenções nos Municípios analisados em prol do desenvolvimento endógeno tem como base a constituição de empreendimentos de economia solidária dos mais variados tipos, tais como: cooperativas populares, associações, grupos de trabalho como os de artesãos, mulheres, jovens, os quais podem conferir significativa influência no poder local.

Uma vez apresentados os dez casos de desenvolvimento endógeno, segue um quadro comparativo dos trabalhos discutidos com relação à abordagem sobre os fatores-chave para o processo de acumulação de capital e, conseqüentemente, para o desenvolvimento endógeno:

<b>Artigo</b>	<b>Organização Flexível da Produção</b>	<b>Difusão das inovações</b>	<b>Dinâmica territorial e urbana</b>	<b>Desenvolvimento das instituições</b>
<b>Xavier et al. (2014)</b>	O Consórcio de Municípios estimula atividades de diversas naturezas (turismo, agricultura, agroindústria) e tem como objetivo a cooperação da sociedade com o poder público. Ainda, foi destacado o papel do Consórcio como promotor de diálogos entre os atores da região.	O Consórcio de Municípios tem como objetivo o intercâmbio de experiências e a produção científica em parceria com entidades acadêmicas, o que denota uma intenção de difusão das inovações.	Ainda que de forma indireta, entende-se que o Consórcio de Municípios estimule o desenvolvimento dos centros urbanos das cidades integrantes, principalmente através do turismo, embora isto não esteja expresso no artigo analisado. Paralelamente, pode-se afirmar que o Condensus foi realizado com base nas características e demandas do respectivo território.	Foi constatado que o Condensus é resultante de ações que tiveram como interesse a construção de um sentimento de valorização da cultura local, evidenciando-se o desenvolvimento da conscientização dos envolvidos sobre a necessidade de uma aliança local – do que se depreende um desenvolvimento institucional.
<b>Winckler; Molinari (2015)</b>	Foi constatada uma transição dos produtores das atividades de suinocultura e avicultura para a pecuária leiteira. Também foi constatada a constituição de redes de produtores e cooperativas.	O estudo identificou as cooperativas de produtores como locais onde os produtores compartilham experiências, sendo significativa a atuação das cooperativas como processo educativo e de melhoria da produção.	Foi constatado que a produção leiteira estimula o comércio das cidades na medida em que as cooperativas, por meio da concessão de crédito, estimulam o mercado local.	O estudo constatou que a organização da atividade leiteira proporcionou o estabelecimento de uma nova dinâmica, com a cooperação que confronta a competitividade e possibilita que produtores, junto a demais agentes, formem

				liderança na condução do seu desenvolvimento.
<b>Siedenberg et al. (2017)</b>	A pesquisa indicou a importância da reunião dos produtores em associação local para o desencadeamento do processo de indicação geográfica. Além do setor vitivinícola, outros setores e empreendimentos passaram a incorporar a associação, tais como hotéis, pousadas, restaurantes, queijarias, artesanatos, agroindústrias e empreendimentos ligados ao enogastroturismo.	A obtenção da indicação geográfica é apontada como uma inovação na região do Vale dos Vinhedos. Entende-se que a organização dos produtores em associação possa estimular a difusão das inovações, embora isto não esteja expresso no artigo analisado.	A indicação geográfica é decorrente de um processo de articulação do próprio território, o que demonstra uma dinâmica favorável neste sentido. O estudo apontou o aumento de interesse de empresas se estabelecerem na região após a obtenção da indicação geográfica – o que, indiretamente, pode vir a fortalecer a dinâmica urbana da região.	A pesquisa indicou a importância da mobilização da região e sensibilização dos produtores, a criação de políticas públicas e legislações específicas para que processos de desenvolvimento de territórios com grande especificidade, como o caso do Vale dos Vinhedos, sejam desencadeados.
<b>Nunes; Karnopp (2015)</b>	O estudo apontou as especializações produtivas do município de Júlio de Castilhos, mas não referiu sobre a existência de uma organização flexível da produção.	O estudo apenas destacou a percepção dos entrevistados sobre as inovações, sendo destacado a soja transgênica como uma inovação “exógena”. Ainda, os entrevistados referiram que a estrutura produtiva do município não é inovadora.	A pesquisa apontou que a característica predominante do município de Júlio de Castilhos é a base produtiva primária, e os setores secundários e terciários, normalmente localizados nos centros urbanos, são dependentes do setor primário.	A pesquisa identificou que não há um perfil empreendedor “agressivo” e que a estrutura produtiva “não se modificará enquanto não mudar o perfil dos próprios atores sociais envolvidos [...]”.
<b>Riedl; Maia (2007)</b>	Na região do Noroeste Colonial, o estudo apontou que é intensa a integração entre atividades agropecuárias, industriais e de serviços, marcadamente associada à predominante presença agropecuária alavancadora, setor cujo controle é realizado democraticamente vis-à-vis a presença da pequena propriedade e a articulação da população por meio de associações, cooperativas e /ou instituições garantidoras dos interesses da classe.	A pesquisa não traz informações sobre a difusão de inovações.	O estudo constatou que as regiões mais urbanizadas e economicamente consolidadas apresentam uma diversificação produtiva interna maior (independente de qual tenha sido o padrão de especialização original que inicialmente “iniciou” a urbanização da região)	O estudo aponta que a região do Noroeste Colonial tem uma estrutura produtiva relativamente distribuída, e embora o setor industrial apresente participação relativa inferior, identifica-se o potencial de superação de tal gargalo a partir da identificação de algumas políticas públicas municipais, como é o caso de Crissiumal, cujo desempenho está condicionado a uma maior articulação entre as lideranças locais.
<b>Colle et al., (2016)</b>	O estudo teve como objetivo comparar os COREDES do Delta do Jacuí e da Fronteira Oeste. Com base nas informações obtidas, pode-se afirmar que a região do Delta do Jacuí tem uma organização mais flexível da produção do que a Fronteira Oeste, que tem uma produção mais concentrada fundamentada na exploração primária.	O estudo aponta que a inovação é importante para o desenvolvimento de uma região e refere que a criação da Unipampa na Fronteira Oeste pode promover o desenvolvimento da região.	O estudo refere que a região do Delta do Jacuí tem maior desenvolvimento urbano que a Fronteira Oeste, a qual tem mais cidades de pequeno porte e distantes uma das outras.	A pesquisa não traz informações sobre o desenvolvimento das instituições nas regiões analisadas.



<b>Cruz, Rios, Einhardt; Cruz (2016)</b>	A pesquisa apontou a existência de mecanismos de interação da Embrapa com os produtores locais. Os pesquisadores da Embrapa recebem demandas de associações e sindicatos rurais, e as práticas mais recorrentes são o empréstimo de propriedades e/ou animais para pesquisas, reuniões comunitárias, ações de transferências de tecnologias, workshops.	Ainda que a Embrapa apresente um alinhamento estratégico no sentido de inovar em pesquisas para o desenvolvimento sustentável local, os pesquisadores da unidade Pecuária Sul não demonstram identificar em totalidade tal motivação na prática. Não obstante, foram identificadas ações da Embrapa de transferências de tecnologia.	A pesquisa não traz informações sobre a dinâmica territorial e urbana.	O estudo identificou a existência de projetos promovidos pela Embrapa, de abordagem mais sustentável que tecnicista, como “dia de campo”, entre outros que primam pelo reconhecimento de peculiaridades em práticas cotidianas e da cultura locais, desde a gastronomia até o artesanato.
<b>Lima (2016)</b>	O estudo concluiu que são bastante remotas as possibilidades de estabelecer um agrupamento produtivo avançado no APL de Cerâmica Vermelha de São Miguel do Guamá/PA, que possa desenvolver relações sinérgicas entre as firmas e os demais agentes produtivos e institucionais do seu entorno.	A pesquisa demonstrou que as empresas do APL de Cerâmica Vermelha apresentam indicadores extremamente baixos nas dimensões de Aprendizado e Inovação. São resultados bastante desanimadores quando se considera a possibilidade de se estruturar um agrupamento produtivo dinâmico que possa dar origem a um sistema inovativo local.	O estudo não traz informações sobre a dinâmica urbana em específico, mas aponta que a cerâmica vermelha assume papel preponderante em função de seu destaque no contexto regional, pela elevada oferta local de emprego e geração de renda no município de São Miguel do Guamá, caracterizando-se como o principal polo produtor deste segmento na região norte.	A pesquisa indicou que as variáveis referentes às práticas cooperativas tiveram resultados nulos, o que sugere a baixa presença de elementos para a constituição de capital social, considerados indispensáveis para a implementação de estratégias de desenvolvimento endógeno baseadas na estruturação de arranjos produtivos locais.
<b>Teixeira; Figueiredo (2016)</b>	O estudo teve como objetivo identificar a região do Mato Grosso com maior número de possíveis Arranjos Produtivos Locais (APL) com relação à cadeia produtiva da madeira e móveis. Entende-se que um APL possa contribuir para a organização flexível da produção, embora isto não esteja expresso no artigo analisado.	Entende-se que a efetiva constituição de APLs nas regiões indicadas como potenciais pelo estudo, poderia contribuir para a difusão das inovações da cadeia produtiva de madeira e móveis, embora isto não esteja expresso no artigo analisado.	O estudo traz informações sobre as especializações produtivas dos municípios do Mato Grosso com relação à cadeia de madeira e móveis, e indica a região com maior número de possíveis Arranjos Produtivos Locais – o que, por consequência, proporcionaria um maior desenvolvimento urbano da região.	O estudo identificou indícios de que existe o elemento básico para a constituição de um arranjo produtivo conjunto, no entanto, sugeriu a implementação de estudos locais para melhor delineamento dos APLs. Recomendou, ainda, o aprimoramento das políticas públicas e principalmente da inter-relação de setores como governo, instituições de pesquisa e dos empresários.
<b>Cordeiro Neto; Rigo; Cançado (2012)</b>	O estudo apontou a existência de 212 Empreendimentos de Economia Solidária na região do Vale do São Francisco, tais como: cooperativas populares de diferentes ramos, associações, grupos de trabalho como os de artesãos, mulheres, jovens, os quais podem conferir significativa influência no poder local, potencializando novas formas de desenvolvimento.	Não há referência a processos de difusão da inovação.	A pesquisa não traz informações sobre a dinâmica urbana. Pode-se inferir, apenas, que os empreendimentos solidários analisados encontram-se todos no território do Vale do São Francisco.	O estudo apontou que quase 80% dos empreendimentos de economia solidária analisados participam de pelo menos um movimento comunitário ou popular. A pesquisa ressalta a importância da preocupação com aspectos sociais e culturais, os quais são vistos como aspectos do desenvolvimento territorial e endógeno.

Conforme se vê, os casos apresentados, talvez por terem objetivos de pesquisa bastante diversos, não apresentam uma convergência no que se refere à abordagem sobre os fatores determinantes para o desenvolvimento endógeno. Ou seja, em poucos casos analisados, foram encontrados elementos específicos de cada um dos aspectos entendidos pela teoria como decisivos para o desenvolvimento endógeno.

#### **4. Considerações Finais**

O presente trabalho pretendeu trazer à discussão os principais conceitos abordados pela teoria do desenvolvimento endógeno e publicações científicas brasileiras sobre a temática, focadas principalmente em situações de desenvolvimento de cidades e regiões. Conforme se viu, o desenvolvimento endógeno propõe uma abordagem direcionada às medidas que estimulam os processos de acumulação de capital, os quais, por sua vez, segundo Vazquez-Barquero (2000, 2003, 2007), dependem de um conjunto de fatores chaves que atuam de forma sinérgica, sendo eles a difusão das inovações e conhecimentos, a organização flexível da produção, o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento das instituições.

As publicações analisadas neste artigo demonstraram que não há uma convergência no que se refere aos objetivos de pesquisa, nem sequer com relação aos resultados encontrados. Foram publicados casos entendidos como desenvolvimento endógeno que deram certo, como o Condensus – na Quarta Colônia – e a produção leiteira no Oeste Catarinense, passando por estudos que apontaram potencialidades de desenvolvimento endógeno, como no caso de Júlio de Castilhos e estudos que demonstraram dificuldades nos processos de desenvolvimento endógeno, como é o caso do APL de Cerâmica Vermelha de São Miguel do Guamá.

Não obstante, percebeu-se que nem todos os estudos abordam de forma clara os quatro fatores apontados pela teoria como sendo condicionantes aos processos de acumulação de capital e, conseqüentemente, ao desenvolvimento endógeno, sendo eles i) a organização flexível da produção; ii) a difusão das inovações; iii) a dinâmica territorial e urbana e iv) o desenvolvimento das instituições. Neste sentido, a pesquisa traz informações que questionam se todos os artigos analisados possuem elementos para justificar a utilização da teoria do desenvolvimento endógeno, na abordagem proposta por Vazquez-Barquero, como referencial teórico.

Acima de tudo, percebeu-se que a temática do desenvolvimento endógeno é complexa, principalmente porque trata de realidades sempre tão distintas nas quais se inter-relacionam e

se pretende que hajam de forma sinérgica todos os seis fatores elencados por Boisier (1999): atores, cultura, recursos, instituições, procedimentos e entorno.

Neste sentido, pertinente colacionar o ensinamento do próprio Boisier, segundo o qual “no hay receta posible para alcanzar el desarrollo de un territorio dado. El desarrollo tiene mucho de heurístico, de descubrimiento permanente, de rizo, de creación de futuro recogiendo lo valioso del pasado, pero sin la pretención de construir un futuro como una extrapolación del pasado” (BOISIER, 1998, p. 11).

Como uma limitação da presente pesquisa, faz-se referência à limitação imposta pelo próprio “filtro” de pesquisa utilizado nas bases de dados (*desenvolvimento endógeno*) de forma que, muito possivelmente, existem outros casos publicados de desenvolvimento endógeno que não foram abarcados no presente estudo.

Por fim, como próximo passo de estudo, sugere-se a pesquisa de casos de desenvolvimento endógeno publicados internacionalmente que façam referência à realidade de outras localidades, para que eles também possam ser comparados no que se refere à abordagem sobre os fatores determinantes ao desenvolvimento endógeno.

### **Referências Bibliográficas**

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, n. 23. Jun, 2001.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, n. 14. Dez, 1996.

ANDRADE, Jackeline Amantino de. Desenvolvimento e Gestão Pública: das ideias às práticas. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 3, set/dez, 2010.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 13. Jun, 1996.

BOISIER, Sergio. Teorías y metáforas sobre desarrollo territorial. In: Revista Austral de Ciencias Sociales. n. 2, 1998.

BOISIER, Sergio. Teorías y metáforas sobre desarrollo territorial. CEPAL, Santiago do Chile, 1999.

COLLE, Célio Alberto; HOECKEL, Paulo Henrique de Oliveira; ALVIM, Augusto Mussi; FOCHEZATTO, Adelar. Reflexões sobre o desenvolvimento endógeno e as interfaces com o rural nos Coredes Metropolitano do Delta do Jacuí e Fronteira Oeste do RS. In: **Anais do 8º Encontro de Economia Gaúcha**, 2016, Brasil.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; RIGO, Ariádne Scalfoni; CANÇADO, Airton Cardoso. Economia solidária no Vale do São Francisco: a relação entre empreendimentos solidários e poder local na perspectiva do desenvolvimento endógeno. In: **Administração Pública e Gestão Social**. v.4, n.4. Viçosa, out/dez 2012.

CRUZ, Anderson Cougo da; RIOS, Silvana Einhardt; EINHARDT, Mariani Garcia; CRUZ, Franciane Cougo da. Desenvolvimento endógeno: uma compreensão da perspectiva dos pesquisadores de uma empresa federal. In: **Revista de Administração da UFSM**. v. 9, Ed. especial, Ago/2016.

LIMA, Marco Antonio. Práticas de cooperação, aprendizagem e inovação no arranjo produtivo local de indústria de cerâmica estrutural no município de São Miguel do Guamá/PA: uma análise exploratória. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 12, n.1, jan-abr/2016. Taubaté, SP, Brasil.

MAIA, Cláudio Machado; FILIPPI, Eduardo Ernesto; RIEDL, Mario. Território, Ruralidade e Desenvolvimento Regional. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 5, n. 1, jan/abr, 2009.

NUNES, Osmar Manoel; KARNOPP, Erica. As Potencialidades Endógenas do Desenvolvimento Regional: Estudo de Caso do Município de Júlio de Castilhos/RS. In: **Desenvolvimento em questão**. Ano 13. n. 30. Abr/jun 2015. Editora Unijuí, Ijuí, 2015.

RIEDL, Mario; MAIA, Cláudio Machado. Especialização e potencial endógeno na análise regional. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 3, n. 2, mai/ago, 2007.

SIEDENBERG, Dieter Rugard; THAINES, Aleteia Hummes; BAGGIO, Daniel Knebel. Desenvolvimento regional sob a ótica do reconhecimento da indicação geográfica: o *case* do Vale dos Vinhedos, a partir da percepção dos atores locais. In: **Gestão e Regionalidade**. Vol. 33, n. 99, set/dez, 2017.

TEIXEIRA, Maria Daniele de Jesus; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. Análise intersetorial e espacial da cadeia produtiva da madeira e móveis na economia de Mato Grosso: uma contribuição para identificação de APLS. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 13, n.2, mai-ago/2017. Taubaté, SP, Brasil.

VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno. Teorías e políticas de desarrollo territorial. In: **Investigaciones Regionales**. n. 11. Madrid, 2007.

VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno y globalización. In: **EURE**. v. XXVI, n. 79. Santiago, 2000.

VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Endogenous Development: Networking, Innovation, Institutions and Cities** (Routledge Studies in Development Economics). London and New York: Taylor and Francis, 2003. Kindle Edition.

XAVIER, Thiago Reis; WITTMANN, Milton Luiz, TREPTOW, Igor Ceratti; AZEVEDO, Juliana Birkan, INÁCIO, Raoni de Oliveira. Desenvolvimento Regional Endógeno. Contexto histórico para o surgimento de uma estrutura de governança regional no Estado do Rio Grande do Sul. In: **Desenvolvimento em questão**. Ano 12, n. 27. Editora Unijuí, jul/set, 2014.

WINCKLER, Natália Carrão; MOLINARI, Gisele Trindade. Reflexões sobre a pecuária leiteira no oeste catarinense: impactos cooperativistas para o Desenvolvimento Regional. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 3, 2015.